

CURSO BREVE:

Implicações fiscais da insolvência e da recuperação

OBJETIVOS

- Identificar e analisar os principais problemas suscitados pelo regime fiscal das entidades insolventes (e/ou em recuperação);
- Compreender a articulação das normas do Direito da Insolvência e do Direito Tributário.

DESTINATÁRIOS

Este curso é dirigido a administradores de insolvência, advogados e magistrados, mas também a contabilistas certificados, credores, gestores e administradores de empresas ou estudantes na área da insolvência e da fiscalidade.

DURAÇÃO

O curso terá a duração de 16 horas

PROGRAMA RESUMIDO

1. Implicações fiscais da insolvência e da recuperação

1.1. A tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento (IRC e IRS)

- a) Sujeito Passivo
- b) Base do Imposto

1.1.1. Implicações Fiscais em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) na insolvência e na recuperação de empresas

- a) Declaração periódica de rendimentos
- b) Pagamento Especial por Conta
- c) Regime simplificado de determinação da matéria coletável
- d) Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades
- e) Créditos incobráveis e de cobrança duvidosa
- f) A obrigação de contabilidade organizada

1.1.2. Implicações fiscais em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)

- a) Declaração de rendimentos

1.2. O regime fiscal da insolvência em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

- a) Incidência Real
- b) Valor tributável

1.2.1. Implicações fiscais em Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

- a) Declaração periódica de IVA
- b) Reembolso de IVA
- c) Regularizações de IVA

1.3. A tributação do património no processo de insolvência

- a) Incidência objetiva e territorial
- b) Incidência subjetiva

1.3.1. Implicações fiscais em Impostos sobre o Património (IMI, IMT, IS e IUC)

2. Os benefícios fiscais no processo de insolvência

2.1. Benefícios fiscais no CIRE:

- a) Benefícios fiscais em sede de Impostos sobre o Rendimento (IRS e IRC)
- a) Benefícios fiscais em sede do Imposto do Selo (IS)
- b) Benefícios fiscais em sede de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

2.2. Isenções em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

3. Benefícios fiscais no Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE)

4. Efeitos da declaração de insolvência sobre os procedimentos/processos tributários

4.1. No processo de execução fiscal

4.2. Nos procedimentos e processos tributários de natureza não executiva

5. Responsabilidade pelo cumprimento das obrigações fiscais declarativas e de pagamento

Formadoras: Ana Arromba Dinis e Sara Luís Dias